**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO DA PARAÍBA: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

**Josilena oliveira targino da silva**

Bolsista / CCEN / Monitoria

Marco Antonio Mitidiero Junior

Professor Orientador / CCEN / Monitoria

**RESUMO**

O tema proposto da pesquisa em questão busca relatar o processo histórico de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado da Paraíba. Para isso, busca-se descrever a gênese do MST que surge, nacionalmente, no ano de 1985; narra-se ainda as dificuldades encontradas pelos trabalhadores para fincar as raízes do movimento no estado paraibano. Parte-se do princípio de que o MST nasce a partir da necessidade dos camponeses de formar um movimento social no campo para lutar pela Reforma Agrária, ou, em um significado mais amplo, nasce com o intuito de alcançar uma melhor forma de vida no campo brasileiro. Os trabalhadores rurais integrantes do MST lutam pela terra para nela produzir, não querendo detê-la apenas como reserva de valor, como é típico de uma estrutura agrária latifundiária como a nossa. De modo que se faz relevante dar visibilidade a um movimento social tão importante no processo de redirecionar o cenário rural paraibano e consequentemente o brasileiro, para um contexto agrário mais justo no que se refere ao campesinato.

**Palavras-chave:** MST na Paraíba, concentração fundiária, luta pela terra

**INTRODUÇÂO**

Este resumo expandido abordará um tema que pode ser caracterizado tanto em antigo, quanto em atual, pois a luta pela terra nos remete ao período pós-descobrimento, quando europeus e indígenas lutavam pelas terras recém-descobertas pelos europeus, já habitadas pelos índios, seguindo a contextualização, posteriormente vieram às capitanias hereditárias, as sesmarias, a Lei de Terras, a libertação dos escravos e a migração europeia. Toda esta conjuntura gestou um modelo agrário expropriador, explorador, violentador, que posteriormente foi potencializado pelos governos militares, entre 1964 a 1985, com um modelo desenvolvimentista que expropriava os camponeses em prol de grandes empresas estrangeiras e latifundiários brasileiros.

Estas circunstâncias originaram o surgimento de grupos camponeses que não aceitaram a atuação do Estado e do capital na caracterização da estrutura agrária brasileira e paraibana, de modo que é a partir dessa inquietação que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o intuito de realizar de forma efetiva a verdadeira reforma agrária, aquela que de fato nunca ocorreu.

As mutações no cenário rural praticadas pelo capital com a anuência do Estado redefiniram a ocupação do território, deixando o camponês à margem do crescimento agropecuário e do uso da terra enquanto meio de sobrevivência, as monoculturas suprimiram as pequenas produções de gêneros de primeira necessidade, é o controverso contexto rural brasileiro/paraibano onde os pequenos produtores sucumbem ao poderio financeiro dos latifundiários que recebem incentivos do governo potencializando o seu capital financeiro em detrimento do camponês que tem que enfrentar sozinho o capital e todas as suas nuances e por vezes não sobrevivem ao mercado.

Esse desenvolvimento econômico do país, sob a égide do desenvolvimento do capital no campo acarreta negativamente o desenvolvimento efetivo do Brasil, pois este crescimento favorece apenas as grandes empresas e latifundiários e é nesta conjuntura que a Paraíba estava inserida, no período onde houve a potencialização[[1]](#footnote-1) do plantio da monocultura da cana-de-açúcar e mecanização das lavouras que consequentemente levava a: intensificação da concentração fundiária, a expulsão dos camponeses, a expropriação e o aumento da violência no campo paraibano, foram estas as circunstâncias, e a herança ideológica das Ligas Camponesas, que originaram a eclosão do MST na Paraíba, que nasce com o objetivo de mudar esse processo contraditório, que prejudica uma maioria da população, na qual uma minoria é beneficiada.

Em virtude disto o MST nasce na Paraíba em 1985, mas é em 1989 que ocorre a primeira ocupação. Este movimento se origina em uma tentativa de transformar uma estrutura fundiária onde o capital avança expulsando o camponês de suas origens territoriais.

A tabela abaixo não deixa dúvidas quanto à implantação e a permanência do modelo fundiário que favorece ao latifundiário em detrimento do camponês, o cenário é extremamente preocupante, pois o contrassenso é contundente no que se refere a ocupação de terras para a produção de alimentos.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Síntese analítica do número total e área (ha) dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Nordeste e Paraíba** | | | | | | |
|
| Nº total de est. Brasil | Área total est. (ha) BR | Total de est fam. BR | Área total de est fam. (ha) BR | Estabelecimentos não familiares. | |
| Total BR | Área (ha) BR |
| 5.175.489 | 329.941.393 | 4.367.902 | 80.250.453 | 807.587 | 249.690.968 |
| Nº Est NE | Total no NE | Est. fam. NE | Área(ha) NE | Total NE | Área (ha) NE |
|
| 2.454.006 | 75.594.442 | 2.187.295 | 28.332.599 | 266.711 | 47.261.842 |
| Nº Est PB | Total na PB | Est. Fam. Na PB | Área (ha) PB | Total PB | Área (ha) PB |

Fonte: Censo Agropecuário familiar 2006. Organização da autora

O Brasil possui atualmente 5. 175.489 estabelecimentos agropecuários, destes, 4.367.902 são estabelecimentos familiares e 807.587 são estabelecimentos não familiares, ou seja, o número de estabelecimentos familiares, que produzem policulturas, primordialmente gêneros alimentícios de primeira necessidade, são mais de 500% em relação aos não familiares que produzem monoculturas para o agronegócio, referente à área por hectare a situação é ainda mais contundente, pois os estabelecimentos familiares no Brasil ocupam apenas 24,33% do total de área por hectare, enquanto os estabelecimentos não familiares ocupam 75,67% do total da área por hectare, já na Paraíba o número de estabelecimento é da ordem de 167.272 estabelecimentos agropecuários, dos quais 148.077 são familiares e 19.195 são estabelecimentos não familiares, os 19. 175 estabelecimentos não familiares ocupam 88,52% de área por hectare enquanto os 148.077 estabelecimentos familiares ocupam apenas 11,48% de área por hectare. São os contrastes estabelecidos no campo brasileiro e paraibano, pelo agronegócio sob o viés do capital. Este modelo agrário fabrica amiúde uma sociedade de classes com diferenças agressivas, promovendo exclusões territoriais contundentes, o que faz com que as ações do MST no estado paraibano sejam legítimas, pois não se constrói um estado ou um país sem equidade social.

Em virtude disto ressaltamos a importância da atuação do MST na Paraíba e, consequentemente no Brasil, para pressionar o Estado brasileiro a realizar a tão esperada reforma agrária, todavia, que esta ocorra de forma efetiva e não nos moldes que vem sendo realizada até hoje.

**Fundamentação teórica**

O referencial teórico baseia-se em análises realizadas por FERNANDES (2000) onde o autor desenvolve um estudo sobre movimentos sociais enquanto categoria geográfica; e MITIDIERO (2001) que aborda movimentos sociais como um conjunto de pessoas em luta por melhores condições de sobrevivência, pessoas estas que adquirem uma consciência relativamente coletiva no processo de construção da contestação e da luta, alavancada por um potencial de rebeldia desenvolvida no tempo da pressão, exploração e expropriação vividas por estes sujeitos.

O estudo em andamento objetiva endossar uma noção teórica que está em processo de construção e analises nas ciências humanas, o conceito de *movimentos sociais¹* enquanto categoria geográfica. Este conceito busca a compreensão dos movimentos sociais enquanto veículo de transformação da estrutura fundiária brasileira, e vetor da des-territorialização do capital a partir da ocupação, acampamentos e articulações em prol da efetivação da reforma agrária e da recriação do campesinato. Referente a este contexto Fernandes (2000) afirma que: Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam território das mais diversas formas. Diante destas circunstâncias a Paraíba se insere nesse cenário a partir da atuação do MST/PB que imprime ao contexto rural paraibano uma nova estruturação, embora pouco significativa se levarmos em consideração a atuação do capital neste estado.

Fernandes, 2000.

Todavia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra atuam de modo a redirecionar o processo de ocupação e utilização de terras para que esta possa cumprir a sua função social, ou seja, produzir alimentos. De modo que esta conjuntura justifica a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que é primordial para a recriação e reprodução da classe camponesa.

**DESCRIÇÃO METODOLÓGIGA**

A atividade realizou-se com base em levantamento bibliográfico, análises teóricas, aprendizado em sala de aula, suporte aos discentes e ainda acompanhamento das ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, através desta análise objetiva-se construir um arquivo linear com a história de luta do MST na Paraíba desde a sua gênese até os dias atuais, enfatizando os resultados e seus desdobramentos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude da concentração fundiária que perdura no estado paraibano e no país e da reforma agrária ser pauta esquecida na agenda do governo federal, constatou-se que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) da Paraíba tem objetivos definidos, promover transformações profundas no cenário agrário paraibano a partir da sua atuação dinâmica em uma luta incessante. Diante do exposto conclui-se que: a monitoria é uma modalidade de aprendizagem que contempla todos os atores envolvidos neste processo, contribuindo sobremaneira com a solidificação do aprendizado, figurando com relevância impar, tanto para o monitor, que potencializa os seus conhecimentos referentes à disciplina, quanto para os educandos que utilizam o monitor como suporte de aprendizagem.

**REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FERNANDES, Bernardes. Mançano. **A Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2000. (atualização Terra Livre, 15, 2000).

IBGE. **Censo Agropecuário Familiar** 2006, Paraíba.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O Século XXI e os conflitos no campo**: modernidade e barbárie. Goiânia In.: Conflitos no campo do Brasil, CPT/Ed. Loyola, 2002

MITIDIERO, Marco Antonio Junior. **A AGRICULTURA CAPITALISTA NO BRASIL** Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?. KLEPSIDRA 2001

1. A cultura da cana-de-açúcar no Brasil é oriunda do período colonial [↑](#footnote-ref-1)